

**CONVÊNIO nº 029-
2016 - PROCASE**

Registro CGE nº.

CREADOR: 119.609

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DA AGRICULTURA
FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO
DO SEMIÁRIDO - SEAFDS /
PROCASE-FIDA E A ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA RURAL DOS AMIGOS
E MORADORES DA RAMADA DE
BAIXO, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA, NO ÂMBITO DO
PROCASE.**

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO - SEAFDS / PROCASE-FIDA, inscrita no CNPJ sob nº 21.736.498/0001-25, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 146, Estação Velha, Campina Grande, CEP: 58.410-003, doravante denominada **CONCEDENTE**, legalmente representada pelo seu titular, o Sr. **RÔMULO ARAÚJO MONTENEGRO**, Brasileiro, casado, matrícula nº 168.952-5, portador do RG nº 1.481.038-SSP-PB e CPF nº 569.236.004-72, residente e domiciliado na Rua Golfo de Cádiz, nº 105, Intermares, Cabedelo – Paraíba CEP 58.102-086, nomeado pelo Governador do Estado da Paraíba, através do Ato Governamental nº 1.510, datado de 05 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado em 06 de julho de 2016, representada ainda pelo Coordenador do **PROCASE**, o Sr. **HÉLIO SILVA BARBOSA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 039.294.654-85, RG nº 2.487.615 2º via SSP/PB, Mat. 170.853-3, residente e domiciliado na AV. Juscelino Kubitschek, 1800, Cruzeiro, Campina Grande - PB, CEP 58.415-530, nomeado através do ato governamental nº 0187, publicado no D.O.E de 06 de janeiro de 2015, Ordenador de Despesa, conforme portaria GS nº 001 SEAFDS de 02 de março de 2016, publicada no DOE do dia 09 de março de 2016 e a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RURAL DOS AMIGOS E MORADORES DA RAMADA DE BAIXO**, CNPJ sob o nº 05.843.791/0001-35, com sede no Sítio Ramada, Caturité/PB - CEP: 58.450-000, doravante denominada **CONVENIENTE**, representada neste ato por seu Presidente, Sr. **ADENILDO MATIAS BARBOSA**, brasileiro, solteiro, agricultor, CPF: 016.058.344-67, RG: 3.607.852 - SSP/PB, residente e domiciliado no Sítio Ramada, s/n, Zona rural - Boqueirão, CEP: 58.450-000, celebram o presente **CONVÊNIO**, que tem por finalidade a viabilização dos Projetos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável na região do Semiárido paraibano, que se regerá, **no que couber**, pela Lei nº. 8.666/93; Decreto Estadual nº. 33.884, de 03.05.2013, D.O.E. 05.05.2013; Decreto Estadual nº 32.409/2011 (PROCASE) Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, no que couber; Instrução Normativa 01/92-SEPLAG; Instrução Normativa 01/97 STN; Lei Complementar 101/2000-LRF, em seu artigo 25, e especialmente de acordo com o Manual de Licitações e Contratos do FIDA, bem como o Contrato de Empréstimo nº. I-978-BR, firmado entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Possibilitar melhores condições de trabalho para os artesãos e artesãs em tapeçaria, através da construção de uma unidade de produção comunitária e da aquisição de maquinário e matérias primas, inserindo-as em nichos de mercado associados com a chamada "moda engajada".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Faz parte deste Convênio, vinculando como se aqui estivesse integralmente reproduzido, o Projeto Técnico e o Plano de Trabalho constando o respectivo cronograma de execução física e financeiro aprovado pelas partes convenientes.

Parágrafo Único - O Plano de Trabalho poderá ser revisto e alterado, mediante acordo por meio de apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução do objeto preconizado na Cláusula Primeira, obrigam-se as partes ao seguinte:

I – DA SEAFDS/UGP-PROCASE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Convênio, devendo tomar todas as medidas necessárias e admitidas em lei para evitar a desconstituição de suas atividades;
- b) designar através de Portaria, a comissão encarregada de fazer o acompanhamento da execução das atividades previstas no Plano de Trabalho e Projeto que originou o presente Convênio;
- c) prorrogar a sua vigência quando houver atraso justificável na execução dos trabalhos.
- d) Liberar o valor constante do Empenho, em parcelas, na conta corrente nº.....Banco do Brasil, agência nº. , após declaração de conformidade das despesas realizadas pela Associação, a ser subscrita pela Unidade Gestora do PROCASE.
- e) A referida liberação só ocorrerá após a análise pela Comissão Técnica de Acompanhamento de Convênios do PROCASE dos processos licitatórios, contratos de aquisição de bens, obras e serviços realizados para o fiel cumprimento do mesmo.

II - DA ASSOCIAÇÃO:

- a) Executar suas atividades pertinentes à execução deste convênio com diligência e eficiência, e de acordo com padrões e práticas técnicos, econômicos, financeiros, administrativos, ambientais e sociais sólidos e que satisfaçam ao PROCASE/FIDA;
- b) Observar o Decreto Estadual nº. 33.884/2013, legislação que rege os convênios, e a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, no que couber;
- c) Designar pessoa da Associação para acompanhar a execução das atividades programadas;
- d) Abrir conta bancária em nome do Convênio em instituição bancária oficial, de livre movimentação e manter os recursos aplicados em Caderneta de Poupança, quando a utilização dos recursos ocorrer por tempo superior a 30 (trinta) dias;





- e) Efetuar, através de ordem bancária por meio do gerenciador financeiro através de chave J, o pagamento de qualquer aquisição de bens ou serviços, após o devido processo ter sido aprovado pela Comissão Técnica de Acompanhamento de Convênios do PROCASE, indicada pela UGP, ou por pessoa por ela designada;
- f) Zelar pela execução dos recursos dentro da legislação vigente;
- g) Executar os serviços de acordo com o projeto técnico e cronograma de execução;
- h) Apresentar contrapartida em **recursos financeiros, bens e/ou serviços** economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária verifica-se no Plano de Trabalho.
- i) Realizar procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços para execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, atendendo aos requisitos estipulados pelo FIDA para aquisições custeadas total ou parcialmente com seus recursos, e da Lei 8.666/93, naquilo que couber;
- j) Garantir o acesso a qualquer tempo, de representantes da Concedente através da UGP-PROCASE, que estejam incumbidos do acompanhamento e fiscalização do presente Convênio, inclusive de órgãos do controle interno - CGE, do controle externo - TCE, e do FIDA, à toda documentação que demonstre a execução do Projeto;
- k) apresentar relatório de comprovação da contrapartida no objeto do Convênio, realizada de acordo com a execução físico-financeira prevista, a qual deverá ser apresentada no ato da prestação de contas;
- l) preparar e entregar, ou fazer com que sejam preparadas e entregues, à UGP-PROCASE e ao FIDA toda e qualquer informação que a UGP-PROCASE ou o FIDA razoavelmente requisitarem, relacionadas com a implementação do Convênio;
- m) implementar medidas gerenciais e fiscalizadoras que garantam o bom desempenho das ações realizadas e da utilização dos recursos;
- n) apurar as denúncias de irregularidades em quaisquer das ações realizadas;
- o) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto do Convênio, o PROCASE/FIDA, bem como os entes participantes, exceto em período eleitoral ou que favoreça indivíduo pessoalmente;
- p) comunicar ao PROCASE quaisquer anormalidades e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- q) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Convênio, bem como promover adequadamente sua manutenção.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para cobertura do presente convênio, serão consignados no endereço 16.102.20.606.5002.1771 através de recursos financeiros das Fontes 148 e 100 de acordo com a tabela a seguir discriminada, conforme Reservas Orçamentárias nºs.





Concedente		Conveniente	
FIDA (FONTE 148) (83% DO VALOR A FINANCIAR)	GOV-PB (FR 100) (17% DO VALOR FINANCIADO PELO FIDA)	Associação mínimo de 10% do Orçamento Global	PROJETO VALOR TOTAL
R\$ 122.231,44	R\$ 25.035,36	R\$ 16.599,99	R\$ 163.866,79

DISTRIBUIÇÃO POR RUBRICA E POR FONTE

DESPESA DE CAPITAL	FONTE 148 - R\$ 91.946,82	FONTE 100 - R\$ 18.832,48
DESPESAS CORRENTE S	FONTE 148 - R\$ 30.284,63	FONTE 100 - R\$ 6.202,88

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos deste convênio serão liberados, nos termos em que foi aprovado, após publicação do extrato no DOE, conforme Art. 50, do Decreto 33.884/2013.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio poderá ter sua vigência prorrogada ex-officio, caso ocorra atraso na liberação dos recursos, conforme preceitua o Art. 40, VI, do Decreto 33.884 de 03.05.2013, podendo também ser prorrogado por interesse das partes, manifestado expressamente 30 (trinta) dias antes do seu término.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENUNCIA OU RESCISÃO FACULTATIVA

Os partícipes poderão denunciar ou rescindir o presente convênio a qualquer tempo, preservadas as obrigações assumidas durante o prazo em que o ajuste tenha vigido, bem como o destino de eventuais benefícios adquiridos no mesmo período, nos termos do art. 40, XX, do Decreto e Estadual 33.884/2013.



CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O Convênio passará a ter eficácia após a sua publicação no Diário Oficial do Estado - DOE, que será providenciada pela concedente, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, que deve ocorrer sempre até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, em consonância com o princípio da publicidade dos atos administrativos previstos no art. 37 da CF, c/c art. 44 do Decreto nº. 33.884/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio só poderá ser modificado mediante termo aditivo devidamente justificado, formulado no prazo de 30 dias antes do término de sua vigência, observadas as formalidades legais e regulamentares pertinentes, sendo vedada qualquer modificação em seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O encerramento da vigência do presente Convênio se dará pelo decurso do prazo expresso na Cláusula Sexta, podendo ser antecipado:

- a) por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação prévia de pelo menos 30 (trinta) dias, sem prejuízo das atividades acordadas anteriormente ao termo, ou a qualquer tempo, em face de impedimento legal que o torne formal e materialmente inexecutável;
- b) parcial ou integralmente, pelo descumprimento de qualquer das normas constantes neste Convênio.
- c) Pela conclusão antecipada do seu objeto, comprovada por termo de encerramento assinado pelas partes signatárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIENTE encaminhará a prestação de contas do convênio à CONCEDENTE, constituindo-se especialmente dos documentos a seguir discriminados, 60 (sessenta) dias após o encerramento da sua vigência, guardando em seus arquivos todos os comprovantes originais, para posterior fiscalização.

1. A prestação de contas será encaminhada através de ofício dirigido ao Coordenador da Unidade Gestora do PROCASE, mencionando o título do Projeto, número do Convênio, o exercício a que se refere e o valor dos recursos recebidos.
2. Documentos autenticados, comprobatórios de despesas, contendo:
 - a) Indicação do nome e CNPJ, ou CPF, quando se tratar de pessoa física, e o endereço do fornecedor ou beneficiário;
 - b) Declaração de que os materiais foram recebidos e utilizados, ou os serviços prestados em benefício do Projeto, inclusive



constando no corpo da nota fiscal o nome FIDA/SEAFDS/PROCASE - Convênio nº 029/2016, além da assinatura completa no documento fiscal, da pessoa que recebeu o bem ou serviço, com nome completo, não sendo válido o uso de rubrica;

- c) Apresentar o comprovante de transferência, data e assinaturas do Presidente da Associação e do Tesoureiro, contanto que em cada cheque constem duas assinaturas;
 - d) Notas fiscais ou faturas, cópias das notas de empenho e das respectivas ordens de pagamento expedidas, recibos e outros;
 - e) comprovantes de despesa, que não poderão conter rasuras ou emendas.
3. Comprovação de prestação de contas correspondentes às parcelas recebidas.
 4. Plano de Trabalho.
 5. Cópia do Convênio e seus aditivos.
 6. Relatório de execução físico financeira, conforme Anexo III do Decreto nº. 33.884 de 03.05.2013.
 7. Balancete financeiro dos recursos.
 8. Demonstrativo da conciliação dos saldos bancários, conforme Anexo IX do Decreto acima referido.
 9. Demonstrativo de rendimentos, conforme Anexo X do Decreto acima referenciado.
 10. Extrato de conta bancária específica do Convênio.
 11. Comprovantes dos avisos de crédito.
 12. Relação dos bens adquiridos, construídos ou produzidos com recursos do Convênio, conforme Anexo VI do Decreto nº. 33.884 de 03.05.2013.
 13. Relação de todos os pagamentos, conforme Anexo V do Decreto acima referenciado.
 14. Comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados na conta nº. 41.020-9, agência nº. 0063-9 Banco do Brasil, da CONCEDENTE.
 15. Cópia dos procedimentos licitatórios, inclusive os atos de Adjudicação e Homologação, além do contrato firmado entre o Conveniente e o licitante vencedor.
 16. Declaração quanto à idoneidade da documentação, de acordo com o Anexo XI do Decreto no. 33.884 de 03.05.2013.
 17. Comprovante de aplicação dos recursos da Contrapartida no objeto do Convênio.
 18. Documentos das despesas numerados seguidamente e rubricados.
 19. Demonstrativo da execução da receita e da despesa, de acordo com o Anexo IV do Decreto 33.884 de 03.05.2013.
 20. Relação de serviços prestados, de acordo com o Anexo VIII do Decreto acima referido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

Não poderão ser utilizados recursos deste Convênio para as seguintes despesas:

1. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



2. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
3. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho;
4. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
5. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
6. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
7. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
8. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho, observando-se o que for definido no convênio ou em instrumento normativo do concedente;
9. efetuar pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado ou dos Municípios, nos termos do inciso X do artigo 167 da Constituição Federal, e;
10. Quaisquer outras que não estejam previstas no plano de trabalho do referido convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIDADE NORMATIVA

A CONVENIENTE reconhece a autoridade normativa da CONCEDENTE para exercer, dentro do prazo de execução e de prestação de contas do Convênio, a função gerencial, o controle e a fiscalização sobre a execução do Convênio, podendo reorientar ações, acatar ou não justificativas com relação a eventuais disfunções havidas na execução do objeto do Convênio, bem como assumir ou transferir a responsabilidade do mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Convênio, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Convênio, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do Conveniente, de forma a assegurar a continuidade do programa governamental, conforme art. 38, §§1º e 2º do Decreto 33.884/2013. O concedente ao final do Convênio, poderá optar pela doação dos bens remanescentes, caso entenda ser importante para a continuidade do projeto apoiado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO



O Convenente deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do FIDA, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o FIDA promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, pelo FIDA, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **Convenente** concorda e autoriza que, na hipótese de o convênio vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes, ficando eleito o foro da Comarca de João Pessoa para solução de eventual litígio decorrente deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

João Pessoa, 10 de Novembro de 2016.


RÔMULO ARAÚJO MONTENEGRO
Secretário de Estado


HELIO SILVA BARBOSA
Coordenador da UGP/PROCASE


ADENILDO MATIAS BARBOSA
Presidente da associação

1ª Testemunha:


CPF: 093.236.037-83

2ª Testemunha:


CPF: 468.429.344-00